



SEFIC2018
UNILASALLE

CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA A
REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

22 A 27
DE OUTUBRO

O DIREITO A EDUCAÇÃO E A INCLUSÃO DE PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS: UM RECORTE NO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Leilane Flach Cunha; Rafael Meira Seniw
Dirléia Fanfa Sarmento
Universidade La Salle (UNILASALLE)

Área Temática: Ciências Humanas

Resumo: O estudo, de cunho teórico, é decorrente de uma investigação desenvolvida pelo Grupo de Pesquisa Indicadores de Qualidade e Práticas Educativas, a qual versa sobre o direito a educação de qualidade, seus fundamentos e modos de efetivação em diferentes contextos educacionais. Faz um recorte analítico no que se refere ao direito a educação e a inclusão de pessoas com necessidades educativas especiais, no caso aquelas com Transtornos do Espectro Autista, tendo-se presente o que preconizam os dispositivos legais que tratam de tal questão. Dessa forma, elegemos para a constituição do corpus investigativo, os seguintes dispositivos legais: a) no âmbito internacional, a Declaração de Salamanca e, b) no âmbito nacional, a Constituição Federal e a Política Nacional de Educação Especial. A Declaração de Salamanca sinaliza a inclusão dos portadores de necessidades especiais ao afirmar que todas as crianças devem aprender juntas, cabendo às escolas reconhecer e responder às necessidades diversas de seus educandos. Esta concepção de inclusão encontra eco na Constituição Federal de 1988 quando a mesma expõe que cabe ao estado ofertar o atendimento educacional especializado, sendo este ofertado preferencialmente na rede regular de ensino. Destaca-se aqui também a importância da Política Nacional de Educação Inclusiva (2007), que surge no sentido de reforçar a importância de se estruturar escolas verdadeiramente inclusivas e que atuem no combate à lógica de exclusão dos portadores de necessidades especiais. Deste modo, dado este panorama, cabe às instituições de ensino propiciar um atendimento especializado a esses educandos, optando pelo atendimento em outras instituições somente quando as condições de inclusão não podem ser efetivadas na rede regular. No caso do Transtorno do Espectro Autista (TEA), foco deste estudo, os educandos apresentam sintomas que afetam desde o comportamento até a comunicação. Portanto, a ação educativa deve ser adaptada, adotando-se recursos e apoios especiais para garantir o progresso na vida escolar destes educandos. Porém, no cotidiano, é possível perceber que a inclusão, apesar de ser uma temática bastante discutida, ainda apresenta algumas dificuldades em sua concretização. Tais barreiras só poderão ser superadas com um trabalho articulado entre família, escola e uma rede de apoio que conte com uma gama de profissionais que possam fornecer o diagnóstico e o acompanhamento destes indivíduos. Por fim, almejamos que este estudo possa contribuir para o aprofundamento das discussões sobre a temática da inclusão de Autistas ampliando os conhecimentos de modo que se consiga chegar de maneira coletiva a real efetivação do direito a educação de qualidade aos estudantes portadores de necessidades especiais.

Palavras-Chave: Inclusão, Transtorno do Espectro Autista, Direito a Educação